Covid-19, outro, subjetividade e conhecimento: alguns apontamentos

MÉRITI DE SOUZA*

DIANA CARVALHO DE CARVALHO**

Resumo: Este artigo discute a construção histórica e a disseminação de discursos que mantêm o outro como estrangeiro, tanto na constituição da subjetividade quanto do conhecimento, estabelecendo uma interlocução com as questões atualizadas pela pandemia causada pela Covid-19. Para trabalhar com essas questões, será analisado o predomínio, nas diversas áreas do conhecimento, das concepções sobre o conhecer e o subjetivar restritas à consciência e à razão, bem como as concepções que encampam o inconsciente e o afeto. Serão utilizados os recursos da análise bibliográfica e a análise de uma narrativa fílmica como estratégia metodológica. Diante disso, questiona-se como essas diferentes concepções sobre o conhecer e o subjetivar se relacionam com o discurso do outro como estranho, sustentando-o como responsável pela condição de desamparo e infelicidade e, no caso específico, suas consequências frente à emergência e proliferação da Covid-19.

Palavras-chave: Conhecer; Subjetivar; Estranho; Covid-19.

Covid-19, other, subjectivity and knowledge: a few notes

Abstract: This article discusses the historical construction and the dissemination of discourses that keep the other as a foreigner, both in the constitution of the subjectivity and of the knowledge, establishing an interlocution with the issues updated nowadays due to the COVID-19 pandemic. To work with these questions, we will analyze the predominance, in the various fields of knowledge, of conceptions on the knowing and the subjectifying restricted to the conscience and reason, as well as conceptions comprising the unconscious and the affection. The resources of bibliographic analysis and the analysis of a film narrative will be used as a methodological strategy. Therefore, we have questioned how these different conceptions on knowing and subjectifying are related with the discourse of the other, considering the other as accountable for my condition of helplessness and unhappiness and, in the specific case, e, their consequences in face of the emergence and proliferation of COVID-19.

Key words: Know; Subjectify; Strange; COVID-19.

* **MÉRITI DE SOUZA** é Doutora em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

** **DIANA CARVALHO DE CARVALHO** é Doutora em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Introdução

Nas sociedades ocidentais contemporâneas o discurso liberal dominante reproduz a exatidão a ideia de que todas as pessoas podem obter sucesso nos aspectos financeiro e profissional e, dessa forma, podem alcançar a felicidade. Para tanto, é necessário apenas que as pessoas sejam competentes, trabalhem bastante e se esforcem o suficiente. Esse discurso envolve também o aspecto subjetivo, ou seja, a capacidade de ser feliz e de lidar bem com as frustrações e angústias da vida cotidiana é associada à plena realização afetiva, social e financeira.

Concomitante à propagação do discurso dominante que elogia as supostas competências individuais e situa o êxito financeiro como capaz de abolir as frustrações, localizamos a produção do discurso que designa ao outro a culpa pelas mazelas vividas por cada um, recorrendo a sua “coisificação” como forma de lidar com a diferença que o outro personifica. Ou seja, por um lado, o discurso moderno que atravessa a maioria das áreas do conhecimento diz respeito à possibilidade de o sujeito inscrever no psiquismo a crença sobre o valor da vida associativa concomitante ao refreamento das gratificações e impulsos imediatos. Assim, a maioria das teorias em Psicologia e Psicanálise, por exemplo, mostram que a existência do outro é necessária para nossa constituição e sobrevivência psíquica (FREUD, 1977a [1919], 1977b [1926], 1977c [1930]; LAPLANCHE, 1987; LACAN, 1998 [1960], 2008 [1968]). Ainda, essas teorias mostram como o outro também pode se constituir em uma ameaça, pois o individualismo e narcisismo como modalidades dominantes de discursos liberais

presentes na rede social contemporânea levam a maior parte das pessoas a se constituírem de específicas formas subjetivas, nas quais o investimento do sujeito é centralizado em si mesmo, nas modalidades afetiva, sexual, cultural e econômica.

Considerando o cenário acima, o outro tem-se tornado, cada vez mais, um perigo, já que o diferente que configura o outro desestabiliza as supostas certezas daqueles que se subjetivam a partir das referências desses discursos individualistas e narcisistas, o que gera sujeitos que se acreditam constituídos por identidades que conhecem plenamente a si e ao outro e, principalmente, que se acreditam capazes de dominar e controlar a si, o outro e a natureza.

A “banalização do mal” é conceito cunhado por Arendt (2013) e refere-se à produção no cenário moderno do homem que age e delega a responsabilidade pela sua ação à organização burocrática. Assim, ele se (des)culpabiliza de antemão, pois não se questiona nem sobre a sua ação, nem sobre os efeitos da própria ação. Temos aqui o homem obediente que executa ordens com eficácia e se representa como sendo competente e moral a partir dessa obediência. Chauí (1985) aponta a “coisificação do outro”, sua transformação em mercadoria e objeto, como corolário do discurso liberal e do modo de produção capitalista. Nesse modo de funcionar também ocorre a (des)culpabilização do sujeito, que não percebe o outro como estando na mesma condição humana que ele. Lacan (1992 [1969-1970]) aponta o gozo como forma de funcionamento psíquico, no qual o sujeito obtém seu prazer a partir da destruição ou desqualificação

do outro, o que questiona o modelo moderno de concepção do humano. Podemos pensar “a banalização do mal” e a “coisificação do outro” como associados ao ideário liberal e ao modo de produção capitalista, no sentido de que essas modalidades produzem discursos que sustentam um modo de funcionar subjetivo associado ao predomínio do gozo, como forma de fazer laço social, ou seja, do sujeito se relacionar com o outro.

De forma específica, o atual cenário mundial de expansão e ascensão da Covid-19 coloca em xeque alguns pressupostos produzidos pelo discurso liberal e o modo de produção capitalista associados à concepção moderna e racionalista. Ou seja, a crença racionalista de que o sujeito pode conhecer e controlar plenamente a si, o outro e a natureza é colapsada pelo imprevisível, pelo acaso, pelo paradoxo, trazidos por uma pandemia que problematiza os instrumentos corriqueiros, com os quais o sujeito acreditava poder controlar o imprevisível e as dificuldades (DERRIDA, 2001; MACEDO, 1997; NAVES e SOUZA, 2012). Portanto, os sentimentos e as ações mobilizados pela ascensão da Covid-19, por um lado, desestabilizou a sensibilidade anestesiada das pessoas para com situações de violência e de possibilidade de morte sua e do outro. Essa situação, que envolve o desconhecido, questiona o pressuposto do cálculo e da previsão da lógica formal como instrumentos infalíveis para conhecer a realidade e controlá-la, pois conhecer e combater o vírus são operações que demandam tanto o reconhecimento dos limites do conhecimento humano e da vida humana quanto trazem à tona o

maniqueísmo das construções racionais e idealizadas do discurso liberal e do modo de produção capitalista. Afinal, no mundo contemporâneo, milhões de pessoas morrem anualmente de fome e, até onde sabemos, não existe a mesma comoção, preocupação e mobilização dos governos e da maioria das pessoas para lidarem com essa situação.

Conforme informação amplamente divulgada pela mídia nacional e internacional, a doença Covid-19 é causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, o qual se dissemina sem respeitar fronteiras ou classes sociais, trazendo novas leituras sobre nós, o mundo e o conhecimento, ampliando o leque acerca das leituras do outro. Agora, tanto temos a emergência do discurso que pede o cuidado na relação com o outro, meu parceiro de infortúnio ou de salvação, pois ele precisa se proteger e também me proteger contra o vírus; quanto temos o discurso que mantém o outro como associado ao medo, pois ele pode ter propagado o vírus pelo mundo, vide as constantes agressões contra pessoas consideradas estrangeiras e que supostamente o teriam disseminado. Desse modo, as representações que as pessoas construíram sobre si mesmas e sobre o mundo que as cerca não conseguem mais seguir a lógica formal anterior à pandemia, pois agora novas representações são necessárias, sendo que carregam sentidos antagônicos: elas caminharam tanto para uma abertura de novos sentidos para o reconhecimento do outro como aliado quanto permaneceram com os antigos sentidos, que implicam na sua exclusão e mesmo na destruição.

No aspecto econômico, a pandemia da Covid-19 produz efeitos que colocam em risco os grandes pressupostos que sustentam o modo de produção capitalista e seus derivados, os modos de subjetivar e de conhecer baseados na predominância exclusiva da consciência restrita à razão, à lógica formal e à identidade (CHAUÍ, 2000; DERRIDA, 1973). No plano econômico, o pressuposto do Estado mínimo regulado pelo mercado encontra sua desestabilização no momento em que os Estados e os seus governos se defrontam com a necessidade de agirem com força e determinação, procurando construir políticas públicas que possam amenizar a perda econômica que se instaura nesse momento.

No cenário contemporâneo da Covid-19, é possível estender as análises anteriores para pensarmos como o relacionamento com o outro está se processando nesse contexto. Várias teorias mostram que a doença está associada à transferência do vírus SARS-CoV-2, que se encontra presente na espécie animal, para a espécie humana (RISTOW; CARVALHO; GEBARA, 2020; GRAIN, 2020). Entretanto, é interessante observar como vários discursos no cenário atual tendem a buscar na espécie humana possíveis “culpados” para essa transmissão. Perguntamos sobre a construção e disseminação de discursos que mantêm o outro como estrangeiro responsável pelas mazelas que me afligem, tanto aquelas relacionadas à Covid-19 como aquelas relativas à minha condição social, cultural, afetiva. Para trabalhar com essa questão, como estratégia metodológica será utilizado o recurso da análise bibliográfica, concomitante a análise da narrativa

filmica presente no filme *Blade Runner* (1982).

Em suma, é possível entender que a maioria das teorias presentes no cenário contemporâneo sustenta o lugar do outro como estranho, pois trabalha com pressupostos modernos que restringem o subjetivar e o conhecer a consciência, a lógica formal, a identidade, a razão. Essas teorias expurgam os pressupostos do inconsciente, do afeto, do imprevisível, do paradoxo, dentre outros. Assim, interessa aqui problematizar a pandemia da Covid-19 e suas relações com o discurso do outro como estranho, considerando o modo de subjetivar e de conhecer moderno, bem como o modo de subjetivar e de conhecer que encampam teorias para além da consciência e da razão.

O outro no plano subjetivo: o estranho no fio da navalha

O outro pode ser pensado em termos da subjetividade como o outro exterior ao meu eu, tal qual o outro pode ser pensado como o outro que me constitui. No primeiro caso, temos teorias que defendem a subjetividade como restrita à consciência e à razão, e defendem a referência identitária como configurada por um eu que define o sujeito (SKINNER, 1978). No segundo caso, as teorias, como a psicanálise, defendem a subjetividade como expandida para além da consciência, englobando aspectos como o inconsciente e os afetos (FREUD, 1977 [1926], 1977c [1930]; LAPLANCHE, 1987; LACAN, 2008 [1968-1969]). Do mesmo modo, podemos acompanhar nas distintas áreas do conhecimento autores que realizaram análises em diversos aspectos da vida humana, apontando como o outro pode ser encarado como o estranho e,

consoante a essa perspectiva, de que forma podem ser realizadas ações procurando desqualificar e destruir esse outro diferente que ameaça o sujeito (BAUMAN, 2005; SANTOS, 1994; ELIAS, 1994, 2000).

Na conhecida obra *Mal-estar na civilização*, Freud (1977c [1930]) analisa que a organização da sociedade, e mesmo a vida em sociedade, demanda das pessoas a renúncia pulsional, que pode causar mal-estar e neurose. Para o autor, essa renúncia produz uma tensão no psiquismo relacionada à neurose. Entretanto, podemos entender que essa tensão se amplia para diversos setores da vida social e se manifesta como violência, frustração, ódio, associados ao outro que supostamente, na fantasia das pessoas, não teria vínculo com essa renúncia. Parece-nos que essa pode ser uma possibilidade para entendermos a violência e a frustração despejada sobre o outro, ainda que não possamos abrir mão de considerar as dificuldades concretas econômicas e sociais postas para as pessoas na vida cotidiana.

Acompanhando a leitura freudiana, Pellegrino (1987) argumenta que o humano atravessa na sua constituição a vivência do narcisismo primário, momento no qual se sente em absoluta fusão com a mãe e experimenta a sensação de uma plenitude intensa. Com as experiências que surgem na vida cotidiana, as pessoas se deparam com a necessidade do outro e com a experiência da ilusão dessa plenitude. Essas experiências podem ser vividas com extrema frustração e ódio por muitas pessoas, considerando, inclusive, que nossa rede social e simbólica é constituída pelo fenômeno do narcisismo, que leva as pessoas a se voltarem para si mesmas e a investirem

na busca da satisfação imediata das suas necessidades e seus desejos. Esse emaranhado no plano social e no plano subjetivo redundando na questão de que, em termos subjetivos, as pessoas apresentam dificuldades para lidar com a alteridade, ou seja, com aquilo que se apresenta como diferente do eu, ensejando a construção do outro como o diferente que ameaça. Temos, então, o enlace que se retroalimenta de uma cultura narcísica associada a uma constituição subjetiva correlata, transformado na redução do valor simbólico da alteridade para servir de escada à sustentação do sujeito narcisista. Emerge nesse contexto a questão da dificuldade de identificação com o outro, sendo que, nesse caso, o objetivo passa a ser desqualificá-lo ou destruí-lo, já que desperta medo e angústia.

Um filme emblemático que pode nos ajudar a pensar essa condição do estranho e do medo como associados ao outro da nossa constituição psíquica é *Blade Runner* (1982). No cenário apresentado no filme, o mundo encontra-se habitado por replicantes, andróides sofisticados construídos à imagem e semelhança do homem, mas com especialidades direcionadas. Em decorrência de distúrbios causados por alguns desses replicantes, eles são exilados em colônias fora da terra e destinados a trabalharem em serviços pesados de mineração, por exemplo. O retorno de um grupo de andróides à Terra leva a polícia local a acionar o agente Deckard, especializado na captura de replicantes. Deckard visita a *Tyrell Corporation*, empresa fabricante dos andróides, sendo recebido por Rachel, a sobrinha do proprietário. No desempenho do seu trabalho, ele explica

à jovem que aplica um teste que diferencia um humano de um replicante, sendo desafiado pelo dono da Tyrell a aplicar o teste em Rachel. Após um tempo de aplicação, o proprietário pede que sua sobrinha se retire e, na conversa com Deckard, confirma que ela é replicante, porém, não sabe da sua condição e que suas memórias foram todas implantadas. Além disso, comenta que a melhor forma de controlar os replicantes é oferecer-lhes as memórias que facilitem o seu controle. Por suspeitar de sua origem, Rachel visita Deckard, questionando-o sobre o teste. Desesperada, mostra fotos suas e de sua mãe e procura confirmar sua origem, todavia, não obtém respostas do caçador de andróides, ao passo que uma atração começa a surgir entre eles.

Da mesma forma, a busca por suas origens é o motivo que leva os replicantes a voltarem à Terra, percorrendo diversos caminhos até chegarem ao seu criador, o dono da Tyrell; e a pergunta que lhes dirigem é sobre a morte: qual a data da sua morte? Afinal, quando criados, era-lhes impingido um mecanismo temporal que determinava seu tempo de vida. Na ânsia de viver e revoltado com a resposta do criador, Roy, o líder do grupo, o replicante perfeito – belo, forte, inteligente – mata o criador. Na cena final, Deckard confronta-se com o líder da rebelião dos replicantes, sendo vencido na luta; quando está prestes a morrer, é salvo por Roy em um ato de elogio à vida quando diz: “qualquer vida merece ser vivida perante a morte”. Deckard finaliza a empreitada ao fugir com a replicante Rachel, e comenta sobre a datação que pesa sobre o tempo de vida dela: afinal, quem sabe quanto tempo vai viver?

O *cult* que se tornou *Blade Runner* produz ecos que relembram os mitos bíblicos e a literatura freudiana. No mito bíblico, Lúcifer, o mais belo e criativo dos arcanjos, revolta-se contra o Pai na ânsia de conhecer além do que lhe era revelado. No mito freudiano, os filhos da horda primitiva se revoltam contra o pai que lhes negava o saber da vida adulta. Aquele é expulso do paraíso e esses matam o pai e ascendem ao conhecimento ao preço da culpa. O primeiro não herda a culpa, porém, em contrapartida, recebe a responsabilidade de encarnar o inferno da morte humana. Esses ecos nos levam a pensar na responsabilidade diante dos atos como caucionada pelo ato de encarar a morte e a finitude humana, o que possibilita des(idealizar) o pai que oferece a vida, porém, não impede a morte e o sofrimento. Também pensamos na morte do pai e na responsabilidade travestida de culpa a perseguir os filhos; afinal, como sustentar a metáfora do pai e da lei diante dos filhos que alcançam o poder, encaram a morte e a finitude e, ainda, usufruem do prazer? Algo tem que socorrer a manutenção da hierarquia e do *status quo*, algo poderoso e fundante que produza o assujeitamento dos filhos. Entre a culpa e o prazer, a responsabilidade e o inferno, poucas opções parecem restar, contudo, algo se movimenta nas narrativas da vida ocidental.

Por um lado, o caçador de replicantes Deckard, aquele que vive no fio da navalha, não pergunta sobre a condição humana da mulher replicante que lhe desperta o desejo e o mobiliza na busca pela saída de repetição de destruir os seus semelhantes, os que ele considerava como idênticos. Deckard, possivelmente um replicante como

aqueles que caçava, preocupa-se com o tempo de vida que Rachel poderia ter, apesar de consolar-se com a assertiva de que ninguém sabia quanto tempo teria de vida. Por outro lado, Roy, o filho predileto e perfeito do Deus Pai, dono da Tyrell, mata o pai e, ato contínuo, consegue salvar a vida do irmão Deckard, pois, quando se encontra na possibilidade de matá-lo, não o faz alegando que prefere cultivar a vida, apesar de Deckard ter matado a sua mulher. Pode-se considerar que esse ato criador de superação da morte e do ressentimento opera como ato civilizatório que instaura a ordem da lei e da civilização? Parece que o replicante se identifica com o irmão que compartilhava da mesma angústia perante a vida e a morte, o desconhecido, bem como também reconhece o outro que, na sua diferença, destruíra seus objetos de investimento. Perguntamos se a escolha do elogio da vida no reconhecimento da morte e da responsabilidade em face a seus atos possibilita-lhe ocupar o lugar de solidariedade e se podemos apontar que, entre os replicantes, instaura-se a ordem da civilização? Parece que o argumento do filme diz sobre essa possibilidade de identificação e solidariedade alcançada pelos replicantes. Não sabemos se alcançada pelos humanos.

Os questionamentos feitos pelos replicantes são comuns aos humanos: de onde viemos, para onde vamos, quem somos, quando e porque vamos morrer. O esforço da humanidade em construir sistemas filosóficos, religiões e a ciência indicam essa angústia e as respostas construídas para lidar com ela. A construção subjetiva se orienta pela construção de respostas a essas questões. A resposta às perguntas sobre

quem somos desemboca na construção das representações identitárias, entendidas como as narrativas que cada um de nós construiu e constrói no esforço de contornar a angústia do indeterminado sobre a condição humana. Ainda, as respostas a essas indagações se associam aos pressupostos sobre os modos de conhecer que orientam as sociedades ocidentais, no caso, aqueles da lógica formal, da identidade, da não contradição (CHAUÍ, 2000).

As incidências da Covid-19 no mundo contemporâneo podem ser compreendidas nesse contexto: quando algo imprevisível, aleatório, paradoxal, que não segue os parâmetros da lógica formal, da identidade, da não contradição, alastra-se e dissemina o imponderável, o incalculável. Nesse cenário, os humanos tendem a se amedrontar e negar o enfrentamento com o imponderável. Em outras palavras, as diversas áreas de conhecimento, geralmente conhecidas e denominadas como exatas, humanas e biológicas, seguem, em sua maioria, os parâmetros do sujeito da razão e os pressupostos do conhecimento calcados na lógica formal, na identidade, na exclusão da contradição. Destarte, quando os humanos se encontram confrontados com o imponderável que a Covid-19 explicita, ocorre o questionamento desses parâmetros modernos que sustentam tanto a constituição subjetiva quanto a produção do conhecimento, conforme vimos acima.

As análises postas acima nos chamam atenção para além do aspecto subjetivo e para considerar a questão das áreas do conhecimento no mundo ocidental. Ou seja, conforme aponta Foucault (1997,

2004) conhecer e subjetivar não se dissociam, pelo contrário, são processos que se encontram interligados. Assim, reconhecemos que o modo de conhecer que ganha hegemonia no mundo ocidental encontra-se atrelado às concepções modernas que buscam justamente negar o acaso, o imprevisível o indeterminado. Nessa perspectiva, nossa pergunta agora se dirige às áreas de conhecimento, notadamente aquelas que se assentam de forma prioritária nos parâmetros modernos, em especial a Educação, considerando o lugar histórico e institucional que ela ocupa na rede social e na função de transmissão do conhecimento. Sobre esse caso específico, que sustenta a instituição escolar nos seus diversos níveis, assim como as teorias sobre a transmissão do conhecimento, indagamos: como poderíamos analisar as questões de conhecer, subjetivar e a relação com o outro?

Sujeito e ato: responsabilização na educação e na ética

As propostas educativas que emergem no esteio das grandes revoluções modernas propunham uma nova modalidade de organização social com base na concepção do conhecimento fundamentado nos parâmetros da lógica formal, da não contradição, da identidade e da causalidade, bem como no sujeito cognoscente, apto a conhecer a si mesmo e o meio que o cerca. Tal concepção considerava que a formação e a escolarização teriam como resultado o sujeito emancipado e ético, capaz de conhecer o real e de construir ações no sentido do bem comum. De forma específica, a Educação, mais especificamente a escolarização, emerge nesse cenário moderno como a instância

social capaz de formar o homem moderno, garantindo o seu desenvolvimento e seu processo de humanização.

Segundo Cambi (1999), a educação moderna teve por finalidade a formação de um novo homem: mundanizado, nutrido de fé laica e aberto para a ação racional e suas consequências. Entre as novas instituições sociais, que se consolidam na modernidade e que agem em função do controle e da conformação social, ocupa lugar central a escola. Boto (2002) destaca que, em uma sociedade que valorizava o comércio social, condutas públicas e privadas, tornam-se favoráveis a acumulação do capital: disciplina, autodomínio, racionalidade, sobriedade, interioridade e individualização. Os colégios jesuíticos são emblemáticos nesse contexto, pois transportaram para os seus muros os ideais pedagógicos da época e a acepção de tempo da modernidade: tempo do trabalho, o tempo de não perder tempo, o tempo regulado pela mecânica do relógio, que subdivide os ritmos. O controle físico dos alunos e dos espaços também é característica desses colégios: o educador dirige-se a todos os alunos, em blocos, por séries, por classes, em que há a substituição do ensino individualizado para o ensino coletivo.

Inaugura-se uma forma escolar que perdura ao longo do tempo e que é a base da organização escolar ainda na atualidade. A planificação da atividade pedagógica, que teve início com Comenius no século XVII, busca trazer para a educação princípios de pensamento rigoroso, ordenado, sistemático, próprio do pensamento científico: roteiros para observação, interpretação, classificação e

organização da natureza (ensino parte da realidade). A gradualidade transforma-se em premissa básica do aprendizado: do mais simples para o mais complexo, do concreto para o abstrato. A uniformização dos procedimentos e a homogeneização das estratégias de ação é a característica da Didática, que se tornou ideia norteadora da organização escolar (CAMBI, 1999). É nesse contexto que a ideia do diferente e daquele que foge a norma se converte em um problema, concepção que acaba sendo legitimada, muitas vezes, por teorias psicológicas que nascem justamente para responder a busca pela homogeneização no espaço escolar: das classes escolares, dos métodos de ensino e dos sujeitos.

A pesquisa da Maria Helena Souza Patto (2015), realizada em uma comunidade pobre da cidade de São Paulo e publicada pela primeira vez em 1988, tornou-se um clássico na Psicologia escolar brasileira por problematizar o fracasso escolar como responsabilidade única daquele que aprende. Ao trazer a luz à história da escolaridade do Brasil e as explicações tradicionalmente dadas ao fracasso escolar, pautadas no modo capitalista de pensar a formação do sujeito, a autora permite entender a situação daqueles que não aprendem como resultado de condições sociais, políticas e econômicas por eles vivenciadas e que se tornam produtoras da não aprendizagem. Da mesma forma, identifica que o fracasso da escola pública elementar deve ser entendido no contexto de alienação do trabalho escolar cotidiano: “[...] quanto mais o trabalho pedagógico se transforma, por força da concepção tecnicista de ensino, em trabalho parcelar, tanto mais adquire

características de atividade cotidiana alienada” (PATTO, 2015, p. 359). Ela conclui que “[...] o fracasso da escola elementar é administrado por um discurso científico que, escudado em sua competência, naturaliza esse fracasso aos olhos de todos os envolvidos no processo” (PATTO, 2015, p. 361). A criação de mecanismos de neutralização dos conflitos e comportamentos indesejados é o apoio de uma ação escolar que exclui o outro, aquele que não se adapta.

O exposto até aqui permite questionar a aposta feita pela modernidade de que os pressupostos da inclusão social e da cidadania, como referências ao movimento de alteração subjetiva, demarcariam um perímetro em que as atividades educativas levariam à assunção do sujeito cognoscente como inelutavelmente ético. Cambi (1999) observa que a contradição acompanha o processo em que a Educação se converte no centro de gravidade da vida social: a ambivalência entre ser uma instituição eminentemente técnica e profissionalizante ou uma instituição formativa e cultural, voltada à formação humana no sentido amplo. Figueiredo (1991) evidencia uma contradição semelhante que acompanha a Psicologia na luta pelo seu reconhecimento científico: de uma ciência que nasce para estudar a vida subjetiva e a singularidade do indivíduo, para uma ciência que atua contra o próprio indivíduo, pois o conhece para fiscalizar, controlar e prever e não para libertá-lo e permitir sua livre expressão, como idealizado. Em síntese, a Psicologia, assim como a Educação, não consegue realizar as promessas vislumbradas na modernidade, sendo possível afirmar que o que caracteriza a

emergência do sujeito e sua formação também caracteriza a sua ruína.

No momento atual, em que o inesperado, o inusitado e o diferente, que se associam a Covid-19, invadem a sociedade e interrompem o processo convencional de escolarização, observa-se que a maior parte das saídas encontradas na sociedade, em todos os níveis de ensino, são iniciativas que tentam, rapidamente, retomar uma ilusão de normalidade: o ensino remoto e a educação a distância. Nesse processo, mais uma vez, o sujeito é responsabilizado individualmente pelo processo de aprendizado, sendo pouco discutidas as condições para sua realização, sejam em termos das desigualdades sociais e econômicas, características da população brasileira, ou das mudanças que envolvem o trabalho docente nessa nova modalidade. Mais uma vez, o outro e a diferença são desconsiderados ou encarados como problemas e não como aspectos constituintes da relação educacional e de formação humana. A preocupação em não perder tempo ou não perder o ano letivo se torna central, a despeito das questões relativas à formação ou às angústias vivenciadas pelo sujeito frente ao imprevisto, ao desconhecido e ao não saber.

Algumas considerações

Conforme apontamos no início do texto, o humano necessita do outro para sua constituição como espécie, pois, por mais avançados que estejam os modos de reprodução artificial, ainda não se é possível prescindir do óvulo e do espermatozoide para a procriação. O humano necessita do outro para sua constituição subjetiva, pois mesmo aqueles seres sobreviventes, criados por

animais, não conseguiram alcançar a condição e habilidades que lhe permitissem usufruir da vida social. Enfim, precisamos do outro para nossa constituição e sobrevivência, e essa condição tanto nos traz alento por partilharmos com o outro da nossa condição quanto desperta o ódio, por sabermos que precisamos desse outro. Partilhar da mesma condição não quer dizer *mesmidade*, ou seja, a ilusão identitária como pressuposto ontológico e epistêmico hegemônico que atravessa a história da humanidade, podendo servir para aplacar a dificuldade de lidar com a radical alteridade do outro, como aponta Derrida (1973).

A experiência com o outro é realmente difícil e inesgotável. O outro demanda que questionemos a ilusão identitária do eu construído sem falhas e de forma contínua. Também exige que problematizemos a ilusão de que a razão e a consciência como parâmetros modernos do conhecimento e da subjetividade podem a tudo responder e a tudo controlar. O vírus não corresponde a esses parâmetros, ele não segue fronteiras e não obedece às ordens judiciais e sanitárias. Ele realmente é um estranho, porém, apenas se configura como tal por não condizer às concepções idealizadas pelos modos de conhecer e de subjetivar modernos, isto é, o modo de funcionar do vírus não obedece aos pressupostos que orientam a vida humana nos últimos séculos. Entretanto, ele pode acionar a solidariedade humana, pois pode trazer à tona os limites das pessoas e levá-las a se aglutinarem na busca por soluções comuns, ainda que esse aglutinamento ocorra no plano virtual da informática e das redes sociais.

Conforme apontamos anteriormente, o individualismo, o gozo imediato, o narcisismo, a busca desenfreada pelo “êxito social e econômico”, como modalidades subjetivas e discursivas que predominam no cenário contemporâneo, levam as pessoas a buscarem encontrar grupos que, supostamente, referendam suas crenças identitárias, apaziguando o desamparo e o medo do diferente, concomitante à destruição do diferente, que exacerba a condição humana de desamparo e de incompletude.

Com a Covid-19, o modo de funcionar que opera a partir de fundamentos e de verdades que se acreditam imutáveis é posto à prova em diversos planos societários, podendo levar à construção do outro como diferente e, ato contínuo, levar as pessoas a reagirem com medo e com violência face aqueles que explicitam a diferença, questionando a ilusão identitária. Esse seria um modo de funcionar que tem operado hegemonicamente no cenário contemporâneo. No entanto, a contradição presente na sociedade permite perspectivar que o enfrentamento com o vírus também poderia reatualizar questões relacionadas à importância do outro na nossa sobrevivência e constituição psíquica.

Referências

- ARENDDT, H. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BLADE Runner. Direção: Ridley Scott. Produção: Michael Deeley. Los Angeles: Warner Brothers, 1992. (117 min).
- BOTO, C. O desencantamento da criança: entre a renascença e o século das luzes. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JUNIOR, M. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-60.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CARDOSO, R.; CHAUI, M.; PAOLI, M. C. (org.) **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-62.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DERRIDA, J. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- FREUD, S. O estranho. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1977a [1919]. 17v. p. 273-318.
- FREUD, S. Inibição, sintoma e angústia. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1977b [1926]. 20 v. p. 95-201.
- FREUD, S. Mal-estar na civilização. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1977c [1930]. 21v. p. 75-171.
- FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GRAIN. Novas pesquisas sugerem que a criação industrial de animais, e não os mercados úmidos, pode ser a origem do Covid-19. **Grain**,

[S.l.]. 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.grain.org/pt/article/6439-novas-pesquisas-sugerem-que-a-criacao-industrial-de-animais-nao-os-mercados-umidos-pode-ser-a-origem-do-covid-19#sdfootnote9sym>. Acesso em: jul. 2020.

LACAN, J. **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992 [1969-1970].

LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 [1960].

LACAN, J. **O seminário, livro 16: de um Outro a outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [1968-1969].

LAPLANCHE, J. Fundamentos: para a teoria da sedução generalizada. In: LAPLANCHE, J. **Novos fundamentos para a psicanálise**. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 95-160.

MACEDO, H. O'Dwyer de. O acaso e a realidade. **Revista Percurso**. n.19, 2, 1997, São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 5-11.

NAVES, J.O.V.; SOUZA, M. Causalidade, descontínuo, dor: caminhos da bala perdida e da mega-sena. **Fractal, Revista de Psicologia**, 24 (2), 2012. Rio de Janeiro.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Intermeios, 2015.

PELLEGRINO, H. Édipo e paixão. In: NOVAES, A. (org.). **Os sentidos das paixões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RISTOW, L. E; CARVALHO, O. V.; GEBARA, R. R. COVID-19 em felinos, seu papel na saúde humana e possíveis implicações para os seus tutores e para a vigilância em saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, 2020.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.

SKINNER, B. F. **Walden II: uma sociedade do futuro**. São Paulo: EPU/Saraiva, 1978.

Recebido em 2020-08-03
Publicado em 2021-07-01